

■ APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos a edição número 30 da Revista Com Censo. Este número, mais uma vez, traz a contribuição crítica e reflexiva de um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras envolvidos com temáticas relevantes ao campo da educação. O dossiê temático desta edição se volta ao enfrentamento de situações de conflito e violência no ambiente escolar com o objetivo de contribuir com o debate sobre a temática em nossas unidades escolares. Além disso, a publicação dos artigos e relatos de experiências intenciona fortalecer a criativa rede dos profissionais da educação interessados em abordar a temática junto aos seus estudantes. Sabe-se que esses profissionais estão sempre às voltas com o compromisso de melhoria da qualidade e alargamento das oportunidades de ensino e aprendizagem oferecidas nas nossas unidades escolares. Portanto, o presente material pode contribuir com a prática pedagógica por meio da autoatualização docente, como explica a professora bell hooks, em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, de 2013.

A entrevista que abre a edição regular trata da Educação Popular e da Educação do Campo, através de um diálogo com o professor Carlos Rodrigues Brandão. Em seguida, apresenta-se o artigo “Modelo de sequência didática que tem por base a Teoria da Aprendizagem Significativa”, dos autores Palma Castro, Anderson Batista e Veruska Machado, através do qual discutem o conceito de aprendizagem significativa e propõem, com base nessa discussão, uma sequência didática para formação de professores da Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, realizaram uma pesquisa bibliográfica e de

campo onde coletaram as percepções de um grupo de professores que avaliaram essa sequência didática.

Já o artigo “Narrativas e memória de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos”, de Camila Santos, Solange Oliveira-Mendes e Suelen Silva analisou as narrativas e a memória de alfabetização de estudantes do 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos, em uma escola pública do Distrito Federal, a fim de identificar os motivos de abandono e retorno à escola, assim como compreender o papel da leitura e da escrita na emancipação social desses sujeitos.

Em “Programa AfroUneb: um ‘Movimento Negro Educador’ na Bahia”, Luiz Gustavo da Silva discute como o Programa AfroUneb, instituído no ano de 2005, como um “Movimento Negro Educador”, foi ator fundamental e agente promotor da implementação da Lei 10.639/03 no estado da Bahia.

Por sua vez, no artigo “Escolha Estratégica em Processos Seletivos: análises da alteração da opção inicial de candidatas no SISUnB, e seus efeitos na evasão”, os autores Andrea Cabello, Denise Imbroisi, Guilherme Ferreira, June Arruda, Sérgio Freitas e Guilherme Alvarez analisaram as mudanças de opção de curso feitas pelos candidatas selecionados pelo PAS e Vestibular, nos anos de 2016 e 2017, comparando o percentual de evasão entre ingressantes selecionados em sua pré-opção e aqueles selecionados após mudança de opção. Posteriormente à implementação do Sistema Informatizado de Seleção (SISUnB), em seus dois principais sistemas de ingresso primário para os cursos de graduação, o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o Vestibular, a mudança de opção passou a possibilitar

a escolha estratégica ou *safe choice*, ou seja, a escolha de curso buscando maximizar as chances de garantir a aprovação no processo seletivo independentemente do desejo de concluir o curso escolhido. Os autores observaram que os estudantes que mudaram de opção apresentavam taxas de desistência acumulada superior aos que não haviam modificado sua pré-opção.

O artigo “Memória e imaginário aprendente: da rebeldia à espetacularidade”, de Lucicleude Mendes da Silva, discute sobre alternativas de superação e reapropriação de algumas lembranças e traumas do passado de forma que o educador possa compreender, decodificar e ressignificar melhor alguns comportamentos rebeldes em sala de aula. Para a autora, as projeções emocionais do passado podem transformar-se em manifestações artísticas, convertendo a memória emotiva em atividade criativa. Sendo, portanto, aliados no enfrentamento ao problema na sala de aula.

O artigo “Educação patrimonial para a valorização da cultura local: o curta-metragem ‘Rap O Canto da Ceilândia’ como via de reflexão”, de Ingreth da Silva-Adriano analisa os resultados decorrentes de uma prática pedagógica em educação patrimonial realizada com 40 estudantes do 2º ano do Centro de Ensino Médio 10 de Ceilândia – DF. Os resultados obtidos baseiam-se na aplicação de instrumentos de recolhida de dados e análises que possibilitem explorar quais são os impactos da prática pedagógica desenvolvida.

Este número também conta com uma resenha intitulada “Filme Ron Bugado ‘Existe diversão off-line?’”, uma produção cinematográfica do diretor Ron

Bugado, que conta a história de Barney, um estudante antissocial do ensino fundamental e sua relação com Ron, um dispositivo digital conectado à internet, que tem características humanas. O resenhista Marcos Paulo de Oliveira Santos mostra como os criadores do filme evidenciam problemas da sociedade contemporânea como a dependência das redes sociais e a não interação entre os humanos do modo convencional. A resenha crítica problematiza, portanto, os problemas vigentes na sociedade contemporânea como a dependência das redes sociais e a não interação entre os humanos de modo convencional.

O relato de experiência “O programa Escola da Terra como processo de construção identitária de profissionais da Educação do Campo”, fala sobre a concepção do percurso formativo do Programa Escola da Terra como processo de construção identitária de profissionais da Educação do Campo. Edinéia Alves Cruz apresenta as concepções de ser humano e de formação que permearam a implementação da segunda edição do Programa viabilizaram processos de construção de identidades profissionais impregnadas de histórias de vida e alinhavadas com as identidades camponesas das escolas e comunidades de atuação. O relato fala sobre os princípios que fundamentam a Escola Pública do Campo e como ela vêm sendo construídas nos territórios do Distrito Federal.

O dossiê temático “Violência no contexto escolar” tem início com três conjuntos de entrevistas. A primeira traz a fala da doutora em Ciências Sociais Carolina Raquel Duarte de Mello Justo, professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sobre a subcidadania e a educação, levantando a questão: por onde começar o combate à violência na escola? A segunda entrevista, realizada com o doutor François Bowen, professor da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Montreal/Canadá, traz contribuições à prevenção da violência nas escolas com base na experiência canadense sobre o assunto. E para fechar as entrevistas, temos a “Cultura de paz na Secretaria de Estado de Educação do

Distrito Federal”, produzida por Andressa Marques da Silva e Camilla Cristina Silva, que traz relatos de entrevistas realizadas com docentes e demais profissionais da educação que se voltam ao trabalho com o desenvolvimento da cultura de paz, seja por meio da mediação de conflitos, da comunicação não-violenta e/ou outras práticas pedagógicas de enfrentamento ao problema. As entrevistadoras conversaram com Tony Marcelo Gomes de Oliveira, coordenador da Comissão para Implementação e Operacionalização do Plano de Urgência pela Paz nas Escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Visando divulgar os projetos desenvolvidos em nossas unidades escolares, as professoras Eucleia Gomes de Melo, supervisora pedagógica do CEF 01 de Planaltina, o Centrinho, e Wilma Barros Ornelas, pedagoga e Orientadora Educacional da Escola Classe Mestre D’Armas, unidades escolares de Planaltina, falaram sobre as ações ali desenvolvidas. Por último, as orientadoras educacionais Cristiane de Fátima Silva e Kislene Pereira de Souza Silva apresentaram o projeto que desenvolvem na Escola Classe 61 de Ceilândia.

Na sequência, temos os artigos do dossiê. O primeiro artigo, “Violência contra as mulheres e educação no interior do estado da Bahia: interfaces entre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e as escolas públicas”, elaborado pelas pesquisadoras Sandra Araújo, Tatiane Moreira, Zuleide Silva e Gercilene Meireles, apresenta o projeto-intervenção intitulado “Violência contra as mulheres e educação no interior do estado da Bahia: interfaces entre a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres e as escolas públicas” buscando compreender as interfaces entre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e as escolas públicas de Biritinga-BA.

Outro artigo que compõe o dossiê é intitulado “O jovem como sujeito de direitos e a violência nas escolas”, de Márcio Braz Nascimento e discute o fenômeno da violência nas escolas públicas do Distrito Federal perante a perspectiva de o jovem da educação básica ser sujeito

de direitos humanos e possuir uma cultura juvenil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da violência social e urbana como processo presente no meio social e, ainda, se verificou a opinião de 68 estudantes do Ensino Médio, da rede de ensino do DF, por meio de aplicação de pesquisa opinativa do tipo envelope com questões objetivas e subjetivas.

O artigo “Tematizando a violência na escola por meio das lutas nas aulas de educação física”, de Sorlei Silva, Mayrhon Farias e Flávia Ferreira também compõe o dossiê desta edição e aborda a violência na escola por meio das lutas e jogos de oposição, com alunos do sexto ano de uma instituição de ensino de tempo integral em Tocantinópolis – TO. Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter interventivo, amparados na perspectiva crítico-emancipatória da educação física. A análise qualitativa dos conteúdos se baseou no cruzamento entre o olhar do pesquisador e a contribuição dos alunos e gestores da instituição à luz da literatura.

No artigo “Práticas pedagógicas decoloniais e o combate à violência escolar”, José Euclides Chacon Neto discute sobre a relevância de pensar a descolonialidade como uma ferramenta ao enfrentamento à violência. Com pertinente revisão da literatura, as análises da pesquisa apontaram que a pedagogia decolonial é capaz de atuar pela percepção da origem da violência escolar, construindo um ambiente de diálogo e interculturalidade, o que contribui para que seja estabelecida dinâmicas de cultura de paz.

Em sentido análogo, no artigo “Políticas públicas de educação voltadas às diversidades sexuais: o estado da arte no campo da pesquisa”, William Roslindo Paranhos verificou que há uma grande lacuna no campo da investigação científica sobre temas relacionados às políticas públicas de educação voltadas à diversidade sexual. Assim, a dinâmica de políticas públicas nas escolas tende a ser estruturada por meio de vieses cisheteronormativos, que não consideram a vivência e as experiências de LGBTQIAP+ e *queer*, o que caracteriza um não reconhecimento das diferenças, nem no

âmbito escolar, tampouco nas formações continuadas das pessoas docentes.

O artigo “Educação para a cultura de paz”. de Miriam Dusi, discute a construção da Cultura de Paz sob a ótica da Educação e da instituição escolar pensando a Educação para e sobre a Paz que contempla os conteúdos coadunados aos seus objetivos, e a Educação em Paz, que abrange a construção de espaços pacíficos de desenvolvimento e aprendizagem. A autora apresenta o cenário da formação continuada dos profissionais da educação na Subsecretaria de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que vem ampliando, gradualmente, ações formativas sobre Cultura de Paz e oportunizando caminhos de aproximação com a temática e com os elementos que a constituem.

O artigo “Educação para a paz como proposta de repúdio a todo tipo de violência: contribuições da Secretaria de Educação do Distrito Federal”, de Denilson Cardoso e Valdivina Ferreira analisam a implementação de ações de enfrentamento à violência nas escolas do Distrito Federal. Os autores realizaram pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental, desenvolvendo um estudo sobre o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação e dos materiais utilizados pela SEEDF em ações que promovem e ampliam o debate sobre a Cultura de Paz nas escolas públicas do Distrito Federal.

No artigo “Violência doméstica contra a criança e os impactos no seu desenvolvimento educacional”, Antonio Conceição discute dados que comprovam os danos que a violência doméstica causa na vítima tanto física, quanto psicológica e como isso reflete em dificuldades na aprendizagem.

Na sessão de resenhas, Aline Maria Corrêa Medina, em “Emergências escolares: qualificar e avançar no debate acerca das violências incorporadas a partir das realidades nas instituições escolares” atualiza a discussão livro “Violência nas escolas”, publicado em 2002, de autoria de Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua. A autora sintetiza o argumento sobre o fenômeno da violência escolar, que atravessa diferentes temporalidades do Brasil recente. A proposta de reflexões e sugestões para mediação e superação de conflitos é importante para ampliarmos e qualificarmos o debate, além de implementarmos atividades e dinâmicas relacionais nas instituições escolares.

O relato de experiência “Vivendo valores na escola: a valorização da vida no contexto escolar” apresenta a prática de um projeto baseado na vivência de valores humanos na escola. O Projeto Vivendo Valores na Escola (Projeto VIVE) ocorre em todas as etapas da educação básica de uma escola privada de Brasília/DF desde o ano de 2005 e promove boas práticas e reflexões sobre como podemos nos relacionar de uma maneira mais saudável. Os autores Leonardo da Silva e Daiane de Oliveira discutem a ideia de que a valorização dos valores é capaz de combater o *bullying* e outras formas de violência ressaltando a capacidade dos estudantes de serem melhores quando refletem e agem partindo de princípios humanitários e rodeados de empatia.

O relato “Mediação: uma proposta de resolução de conflitos no espaço escolar”, de Gilcélia Fontenele, está presente no dossiê e discute o que é a mediação de conflitos e seu objetivo de resolver questões relacionadas a acontecimentos do cotidiano, que ganham aspecto jurídico devido a sua complexidade. O relato discute a ideia da implantação da

mediação de conflitos no espaço escolar, visto que nesta instituição se lida o tempo todo com pessoas e é onde surgem as primeiras formas de convivência na sociedade, por ser a escola a representação de um espaço maior, a sociedade. O relato de experiência se debruça sobre o uso desta ferramenta em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental I em uma escola pública do Distrito Federal.

O relato “Educação Antirracista: Lei 10.639/2003” investiga como se dá o trabalho realizado em duas escolas públicas de Ensino Médio do Distrito Federal a partir da implementação da Lei 10.639/2003 e discute o tratamento dado à lei e o que pode ser aperfeiçoado nas unidades escolares estudadas. As autoras Luana Moraes e Robertha Ferreira são professoras efetivas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e atuam nas escolas objeto de estudo com os componentes curriculares Língua Portuguesa e Espanhol. Foram empregados como recursos metodológicos a pesquisa de campo com observação *in loco* e o levantamento teórico-metodológico.

Por fim, o relato “A mediação social de conflitos com crianças da educação infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental: o relato de experiência da Escola Classe 22 do Gama”, de Ana Cláudia Medeiros e Saul Santos Júnior, apresenta o projeto desenvolvido nesta unidade escolar e que se voltou à temática da mediação de conflitos. O projeto surgiu a partir de uma formação promovida pela EAPE e da análise da realidade escolar a fim de se verificar quais eram os principais conflitos e violências que se manifestavam dentro da Escola Classe 22 e como eram tratados pelos diversos segmentos.

Desejo a todos e todas uma ótima leitura e momento de reflexões! ■

Maria das Graças de Paula Machado

Subsecretária de Formação Continuada dos
Profissionais da Educação – EAPE/SEEDF